

O FINAL DE UM CICLO? REFLEXÕES SOBRE ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Vera Lúcia Silveira Botta FERRANTE¹

Luis Antonio BARONE²

Henrique Carmona DUVAL³

RESUMO: O presente trabalho é fruto de uma pesquisa sobre a relação assentamentos rurais e desenvolvimento no Estado de São Paulo (Brasil) e traça comparações entre as regiões de Araraquara e do Pontal do Paranapanema. Propõe-se uma análise sobre as relações sociais moleculares que constroem a dinâmica dos contextos sócio-políticos nos quais os assentamentos estão inseridos. Discutimos a tessitura de uma trama de tensões sociais, sendo destacadas as famílias assentadas, movimentos sociais, técnicos e gestores públicos, a presença dos complexos agroindustriais e demais agentes econômicos regionais. São analisadas diversas formas de parcerias junto aos complexos agroindustriais – para produção de *commodities* – e, como se apontassem novos rumos, outras formas de inserção dos assentamentos aos municípios por meio de políticas públicas de segurança alimentar. Nesse sentido, procuramos dar um caráter interdisciplinar ao estudo, incorporando dimensões de análise sociais, ambientais e econômicas sobre esses processos.

PALAVRAS-CHAVE: Dinâmicas regionais. Parceria agroindustrial. Políticas públicas. Segurança alimentar.

Introdução

O presente artigo trata da reforma agrária e das experiências dos assentamentos rurais de uma perspectiva de seus avanços e recuos na agenda das políticas públicas. Retomamos discussões sobre o “possível acanhamento” das experiências de assentamentos rurais, face à projetada Reforma Agrária, tomando os assentamentos como expressões de uma política de desenvolvimento agrário, cuja dinâmica é ditada por uma trama de tensões entre os assentados e os demais agentes presentes neste campo de forças sociais.

Para discutir tais expressões nos referimos a experiências de pesquisa principalmente em duas regiões diferenciadas do Estado de São Paulo: Araraquara (centro nordeste do Estado) e a do Pontal do Paranapanema (extremo oeste do Estado) que apresentam significativas diferenciações. Avaliamos a eficiência (ou não) de políticas públicas específicas para esses produtores, patrocinadas pelos governos federal e estadual em parceria com os

¹ Bolsista CNPq. UNIARA – Centro Universitário de Araraquara. Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Araraquara – SP – Brasil. 14801-320– vbotta@techs.com.br

² UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente. Presidente Prudente – SP - Brasil. 19060-900 – labarone@uol.com.br

³ Doutorando em Ciências Sociais. UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campinas – SP – Brasil. 13083-896 – henriquecarmona@hotmail.com

municípios. A inserção sempre problemática dos assentamentos nos distintos contextos regionais e no circuito do desenvolvimento local é encarada como o fazer-se de uma nova trama de relações sociais, revelando tensões entre as práticas e as racionalidades dos diferentes agentes e o campo do poder, campo de forças sociais que disputam os destinos da reforma agrária.

Aos vinte e sete anos do lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), iniciativa que pode ser considerada marco em termos de políticas públicas voltadas para essa questão, a discussão acerca do desenvolvimento desses assentamentos é particularmente candente. Para alguns, os mais críticos da política de cessão de terras para os assentamentos, tais experiências não redundam em nada em termos de desenvolvimento econômico, não se furtando, inclusive, a reafirmarem a alcunha de “favela rural” para os Projetos de Assentamentos. Essa desqualificação, visivelmente ideológica, ressalta de maneira exagerada um único aspecto – o estritamente econômico-financeiro – ocultando outras dimensões que o complexo conceito de desenvolvimento carrega inevitavelmente. Tais avaliações, não isentas, ignoram, inclusive, um resultado positivo que se pode aferir em diferentes microrregiões do país, nas quais os assentamentos são, efetivamente, dinamizadores econômicos (LEITE et al., 2004).

Não se pode negar uma avaliação da melhora recente das condições de vida, no geral, das famílias assentadas, graças a um conjunto de fatores: moradia, lugar seguro para a reprodução social, diversificação das linhas de crédito para os assentamentos via Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e Territórios da Cidadania⁴ e, por outro lado, melhora da economia do país como efeito da macroeconomia do governo Lula (mais oportunidade de emprego para jovens – fora do assentamento, é certo – maior valor do salário mínimo, aposentadorias e benefícios). Entretanto, tais elementos enfrentam contrapontos, a exigir uma reavaliação continuada dos seus rumos.

Para finalizar esta introdução, apresentamos as estratégias de pesquisa utilizadas. Valemo-nos de um acervo de informações constituído desde os anos 1980 no Núcleo de

⁴ PAA e Territórios da Cidadania são programas federais implantados em 2003 e 2008, respectivamente. No primeiro caso, trata-se de um programa intersetorial, ligado ao programa Fome Zero e centralizado na discussão da segurança alimentar e nutricional. No caso dos Territórios da Cidadania, implantado em 2008, ele se remete diretamente ao Programa Nacional de Ações Territoriais, também de 2003, que objetivou gerir as políticas públicas federais voltadas ao desenvolvimento rural sob uma ótica territorial, garantindo também a intersetorialidade, além do controle por parte dos atores sociais diretamente afetados.

Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR-UNIARA), embora trabalhemos mais, neste artigo, com dados do período de 2007-2010, quando fizemos uma atualização do perfil dos núcleos investigados. Esta atualização resultou na constituição de um banco de dados, fruto da aplicação de 121 questionários nos núcleos de Araraquara e 106 nos assentamentos do Pontal, que nos permitiu encontrar elementos de uma análise comparativa das duas regiões pesquisadas. O critério adotado para aplicação dos questionários partiu de caracterização prévia, fruto do acúmulo de pesquisas anteriores, que nos levou às seguintes diferenciações:

- Assentados totalmente integrados a agroindústrias;
- Assentados integrados, mas que também desenvolvem outras estratégias mais autônomas em seus lotes;
- Assentados que não são integrados às agroindústrias (produção diversificada).

Além dos questionários, sempre que identificadas alternativas produtivas expressivas quanto à geração de trabalho e renda nos assentamentos, procuramos fazer visitas a informantes qualificados para obter dados através do registro em Diários de Campo. Neste sentido, foram coletadas informações acerca de parcerias para produção de cana-de-açúcar e frango em Araraquara e do leite no Pontal, como meios de integração dos assentados a sistemas agroindustriais regionais. Esta metodologia de trabalho não se restringiu à coleta de dados sobre tal integração, mas foi utilizada exaustivamente para que o grupo captasse a dimensão do autoconsumo, da sociabilidade, das questões de gênero e ambientais dos assentamentos.

Foram feitas entrevistas, gravadas e transcritas com diversos agentes das prefeituras de Araraquara e de alguns municípios do Pontal, bem como com os coordenadores e técnicos do campo dos órgãos gestores (INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Fundação ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo). Foi possível, em situações excepcionais, analisar os contratos de parcerias feitas entre assentados e empresas agroindustriais. As reflexões apresentadas ao longo do artigo são produto analítico de tais caminhos metodológicos.

Espaços de nossas reflexões: os assentamentos na região de Araraquara e no Pontal do Paranapanema

A região central do Estado de São Paulo é marcada economicamente pela presença do complexo agroindustrial sucroalcooleiro. A posse da terra é fortemente concentrada, como na maior parte do país, poucos proprietários detêm a maior parte dela. Predominam os plantios de *commodities* agrícolas, principalmente cana-de-açúcar e laranja, em monoculturas e com grande aporte tecnológico.

Trata-se de uma região de agricultura altamente capitalizada, com a presença de setores a montante e a jusante, que formam o complexo agroindustrial (COSTA et al., 1994). Isto é, uma região que conta com empresas que fornecem insumos e matéria-prima para as agroindústrias e outras que processam, comercializam e consomem sua produção.

Na época da implantação dos primeiros núcleos de assentamentos na microrregião de Araraquara, 3,86% (ou 42 propriedades com mais de 500 ha) abrangiam 47,36% da área total das propriedades, enquanto que 68,55% das propriedades com até 50 ha ocupavam 11,22% da área (LEITE, S., 1986). A constituição dos assentamentos não mudou esta realidade da estrutura fundiária. Segundo dados do IBGE, atualmente a concentração fundiária é igual ou pior, pois da área cultivada total da microrregião de Araraquara, 91% estão ocupadas pelos cultivos de cana e laranja (respectivamente, 79,3% e 11,6%). Por outro lado, apenas 53 propriedades com mais de 500 hectares, ou 3% do total de propriedades, ocupam 60% do total da área rural desta microrregião (LORENZO et al., 2012).

Certamente que falar em região Central do Estado implica em uma vasta extensão territorial. Por isso, alertamos que o presente artigo trata de uma investigação mais acurada nos assentamentos rurais do município de Araraquara. Esta região é conhecida na literatura especializada como a Califórnia Brasileira, por causa de seus altos índices de geração de riqueza. Contrastando com este tônus de riqueza, a região apresenta um histórico de exploração e precarização dos trabalhadores e do uso da terra (FERRANTE, 1992).

A característica de luta pela Reforma Agrária nesta região se estabelece a partir do contraponto do agronegócio com a possibilidade dos assentamentos, protagonizada pelos trabalhadores rurais que ora se vinculam ao movimento sindicalista (em especial a FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), ora se ligam aos movimentos sociais (em especial o MST). É possível identificar territorialmente a disputa por estas instituições pelo maior rebanho nos assentamentos.

Produto de diferentes políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 20 anos, a região de Araraquara (região central do Estado de São Paulo) conta com três projetos de assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/Itesp (Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade) e um do INCRA (Bela Vista do Chibarro).

Os primeiros núcleos de assentamentos (Monte Alegre I, II, III e IV) foram instalados pelo Itesp nos anos de 1985 e 1986, ainda na gestão do governador Franco Montoro (1983-1986), tendo sua instalação se completado mais de dez anos depois. Hoje o projeto de assentamento Monte Alegre conta com 6 núcleos, perfazendo um total de 416 lotes agrícolas e, segundo o Itesp, 418 famílias que ali residem. A área da Fazenda Monte Alegre era, originalmente pertencente à FEPASA (Ferrovias Paulistas S.A.), estando sob gestão da Codasp (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo) quando os assentamentos foram conquistados.

No mesmo período em que o Itesp instalou um dos núcleos mais recente do projeto do assentamento Monte Alegre – o de número VI, ainda na primeira gestão Mário Covas (1995-1998) – também assentou 31 famílias no Horto de Bueno de Andrade, área também anteriormente pertencente à Codasp e localizada no distrito araraquarense de Bueno de Andrade (que dá nome ao Horto). As dimensões deste projeto de assentamento, além da origem comum da mobilização das famílias ali assentadas e das que foram para o núcleo VI do Monte Alegre, fazem com que o Horto de Bueno seja considerado um apêndice do grande projeto de assentamento Monte Alegre.

Além desses núcleos do Itesp, existe um projeto de assentamento promovido pelo governo federal (INCRA) no município de Araraquara: o projeto de assentamento Bela Vista do Chibarro, originalmente com 176 lotes agrícolas e (estimadamente) o mesmo número de famílias, agora existem oficialmente 203 famílias. O projeto de assentamento Bela Vista se encontra em terras anteriormente pertencentes a uma usina de açúcar (Usina Tamoio), cuja desapropriação data de 1989. A mobilização que levou à instalação deste P.A. acaba sendo emblemática da luta dos trabalhadores rurais nas terras dos canaviais (FERRANTE, 1992).

A trajetória dessas experiências de assentamentos não se diferencia muito das demais, sobretudo no Estado de São Paulo, no tocante à ação dos órgãos públicos responsáveis pelos projetos. A falta de planejamento, a desorganização de um cronograma racional de investimentos e o esvaziamento cíclico da estrutura de assistência técnica (FERRANTE;

BARONE, 1997-1998) acabam por prejudicar em muito o desenvolvimento econômico dos produtores assentados. Conflitos entre assentados ligados a distintas direções políticas, expressos em protestos contra os órgãos técnicos, conflitos que tiveram interferência nas experiências frustradas de cooperativas e de associações reavivados por muitas disputas internas fazem parte desta trajetória.

Em comparação com inúmeros outros projetos, tanto sob responsabilidade do governo estadual quanto do governo federal, a característica mais marcante desses assentamentos é justamente sua inserção territorial numa região de agricultura modernizada, praticamente monopolizada pelas culturas da cana-de-açúcar e de citros. A maior parte das terras agricultáveis da região está cultivada com cana - cuja extensão chega, no município de Araraquara, a cerca de 32 mil hectares – e cuja cadeia de produção constitui o maior complexo agroindustrial da região.

Leve-se em conta que, em função mesmo desse entorno sócio-econômico, a maioria das famílias assentadas na região tem uma trajetória recente de trabalho imediatamente ligada a essa economia agroindustrial. Perto de 70% dos assentados no projeto de assentamento Monte Alegre (especialmente dos núcleos II e IV) foram proletários rurais nas culturas de cana e de laranja. No projeto Bela Vista do Chibarro, este índice está em torno de 50%, mesmo que a luta pelo assentamento tenha sido iniciada pelos ex-trabalhadores da usina falida. Ainda hoje, tanto a colheita de laranja como a de cana são formas de assalariamento temporário às quais os assentados recorrem.

A inserção de trabalhadores bóias-frias no movimento de demanda pela terra marcou a constituição dos assentamentos na região. A possibilidade da terra constituir-se em um dos eixos de luta dos bóias-frias, categoria que tem, no seu interior, segmentos que não tiveram uma relação direta de apropriação com a terra, criou impasses e exigiu remodelagens de interpretações do processo de modernização/expropriação e proletarização rural (FERRANTE, 1992). Esta origem e a trajetória histórica da população hoje assentada, bem como de seu principal mediador político (o movimento sindical dos assalariados rurais), repõe resistências e acomodações específicas frente à integração dos assentados no sistema produtivo sucroalcooleiro, que se relacionam com o tempo anterior de assalariamento.

Os dilemas da inserção regional desses projetos de assentamento não se referem apenas à trajetória das famílias – um retrato das contradições dessa modernização agrícola – ou à participação no mercado que esses produtores assentados têm ou almejam ter. Desde a sua

instalação, o conflito com forças políticas representativas do complexo agroindustrial da cana se fez presente, pautando em muito a discussão sobre os projetos de desenvolvimento dessas experiências de reforma agrária. Atualmente, poderíamos afirmar que a composição da renda por parte das famílias assentadas advém predominantemente das atividades agrícolas dos lotes, mas outras fontes como assalariamento externo, aposentadoria e benefícios sociais também são relevantes, principalmente quando olhamos as particularidades de cada família.

Na região conhecida como Pontal do Paranapanema (extremo Oeste Paulista) a questão fundiária tem sido – ao longo de décadas – o ponto fulcral definidor das políticas públicas e ingrediente básico das tensões sociais envolvendo o estado e diferentes classes sociais. A região é, portanto, de importância ímpar quando se aborda a temática da reforma agrária no Estado de São Paulo. Com uma ocupação que data do final do século XIX, o Pontal do Paranapanema revela, em seu histórico fundiário, o mais conhecido caso de grilagem de terras do país (LEITE, J., 1999).

Centenas de ocupações, milhares de trabalhadores mobilizados e acampados, dezenas de ações judiciais discriminatórias promovidas pelo Estado no sentido de identificar e arrecadar as terras devolutas irregularmente ocupadas: esse é o contexto sócio-político do Pontal do Paranapanema, hoje a região do Estado de São Paulo com o maior número de assentamentos e de famílias assentadas. Nesse cenário, o incremento da política de assentamentos na região aconteceu, sobretudo, na primeira gestão do governador Mário Covas (1995-1998), como resultado de intensas negociações para arrecadação de áreas e o assentamento de milhares de famílias. Dada a importância da região do Pontal do Paranapanema com relação ao número de assentamentos (são mais de cem Projetos de Assentamentos já instalados, com aproximadamente 5,5 mil famílias assentadas), essa área do Estado tem mostrado uma dinâmica extremamente rica no que tange a essa questão.

No Pontal, no entanto, a luta pela terra e a política de assentamentos datam de antes do período mais acentuado de iniciativa estatal (década de 1990, quando também ocorre a estruturação do MST na região), com a presença de acampamentos e “posses” em algumas glebas. Como protagonistas dessas lutas, registradas pelo menos desde os anos 1960 (ANTONIO, 1990), estão distintas categorias de trabalhadores: arrendatários, posseiros, bóias-frias e ex-barreiros, moradores nesta região do Estado ou no Norte do Paraná.

Um dos segmentos expropriados, talvez o primeiro, que se mobilizou na luta pela terra foi o dos arrendatários. A evolução da questão agrária na região, sempre opôs supostos

proprietários-fazendeiros e trabalhadores rurais arrendatários, dedicados especialmente à cotonicultura nos anos 1950-60. No entanto, sua situação na terra sempre foi instável, dada a própria natureza da relação de produção. A partir dos anos 1960, intensifica-se a implantação da pecuária de corte, *pari passu* à sistemática expulsão dos arrendatários das terras então destinadas à criação de gado. O fim do ciclo algodoeiro gerou um contingente de bóias-frias desempregados, também mobilizados por um pedaço de chão nesta conflagrada região. Nos anos 1970 e 1980, têm-se notícias de casos de lutas pela permanência na terra, encetadas por arrendatários. Algumas dessas lutas chegaram à década de 1990, com acampamentos e ocupações na forma de posse, o que levou a que parte desses trabalhadores fossem beneficiados pela política de assentamentos realizada no período recente⁵.

O terceiro mais importante contingente de sem-terras é o formado pelos ex-barrageiros. Nos anos 1980, tanto a conclusão quanto a drástica diminuição no ritmo das obras das barragens (como no caso da Usina Hidrelétrica “Sérgio Mota”, em Rosana, cuja conclusão se arrastou por décadas), gerou um grande desemprego junto aos operários não-qualificados que, a partir dos anos 1960, se deslocaram para a região em busca de trabalho nos canteiros de obras nas margens dos rios Paraná e Paranapanema. A mais evidente mobilização desse contingente levou a instalação do assentamento Gleba XV de Novembro, na primeira metade dos anos 1980 (ANTONIO, 1990; FERNANDES, 1996), maior área de assentamento no Pontal do Paranapanema, localizada entre os municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista.

Diferentes estratégias são desenvolvidas por essa maioria para se manter na terra. Estas, às vezes, conjugam o trabalho no lote de alguns membros da família (quase sempre o titular) com trabalho fora do assentamento (geralmente dos filhos). As aposentadorias e pensões, quando existem, garantem uma renda fixa mensal, melhorando a situação econômica da família. As pesquisas demonstram, no entanto, que a maioria dos assentados garantem seu sustento e renda monetária apenas do lote. A pecuária leiteira é predominante nos assentamentos, garantindo, inclusive, a sobrevivência de laticínios nas cidades do Pontal (como em Mirante do Paranapanema).

⁵ Registra-se que alguns dos atuais movimentos de luta pela terra na região têm como base original justamente o segmento dos arrendatários – caso da Associação “Brasileiros Unidos Querendo Terra” (ABUQT), com forte atuação nos municípios de Presidente Venceslau e Presidente Epitácio.

Assentamentos x Desenvolvimento: Parâmetros de Análise

O objetivo de nossas análises é compreender os processos e os bloqueios referentes ao desenvolvimento desses Projetos de Assentamentos, bem como os avanços e recuos dessa categoria nova – os *assentados* – em sua busca por reconhecimento e cidadania.

Esta perspectiva busca estabelecer relações possíveis entre uma dada realidade empírica – que é mais que uma política pública, porque é também obra da luta de milhares de famílias camponesas – e um conjunto de preocupações teóricas daqueles que estudam ou interferem, via Estado, nessa realidade. Para nós, a relação dos assentamentos com o desenvolvimento não é direta, linear, mas pautada por tensões, que se expressam, tanto objetiva quanto subjetivamente, no modo de vida e na maneira de inserção dos assentados em contextos regionais que, no caso brasileiro, são extremamente diversificados.

No tocante ao conceito de desenvolvimento, nossa compreensão aponta para a maneira como ele é tratado por Amartya Sen, para quem o desenvolvimento pode ser entendido como expansão das liberdades.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carências de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de estados repressores. (SEN, 2000, p.18).

Assim, uma pergunta pode ser feita: quais disposições criadas nos assentamentos são capazes de possibilitar às pessoas tomarem as rédeas de suas vidas em suas próprias mãos, garantindo sua subsistência e ampliando suas alternativas de participação e organização sociais? A gestão que os assentados imprimem ao território dos assentamentos, nos aspectos da sua organização social, sua mobilização e instituições políticas e sua participação econômica, podem redundar em mais ou menos liberdade para essas famílias⁶.

O desenvolvimento, dessa forma, se dá na trajetória dessas experiências frente aos constrangimentos estruturais que a sociedade impõe, sobretudo através do mercado e do Estado, como também frente à necessária reelaboração da própria trajetória pessoal e familiar desses camponeses, para sua participação (tensionadora) nos distintos campos da vida social.

⁶ Além do referencial de Sen (2000), tomamos de Celso Furtado (2000) a ideia de desenvolvimento da perspectiva da satisfação das necessidades da população e de Sachs (2002), a referência à imbricação de aspectos sociais e ambientais, além de econômicos.

Acreditamos que essa perspectiva não elimina os indicadores de eficiência econômica, mas os inserem num conjunto muito mais amplo de dados – eminentemente qualitativos – que o acompanhamento dessa difícil travessia em direção à inclusão social e à cidadania revela.

Os assentados aparecem sempre como sujeitos, mesmo que muitas vezes em posição de subalternidade, porém com presença ativa e desenvolvendo estratégias, mais ou menos coerentes, de possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar via assentamentos. Por vezes, é verdade, parecem tão somente submergir num sistema de controles e de poderes que os aniquilam.

Em questão está a movimentação dos atores neste cenário, tendo sempre os trabalhadores assentados como ponto de partida dessa trama. Assim, a inserção dos assentamentos nos contextos regionais pode revelar-se mais ou menos problemática, mas sempre se dará mediante o fazer-se de uma tessitura social, cuja trama revela tensões entre as práticas e as racionalidades desses distintos atores⁷. Nessa empreitada já realizada (mas sempre demandante de atualizações e ampliações), discute-se criticamente a noção de “impactos” do processo de implantação dos assentamentos rurais⁸. Tal noção parece adequada para uma compreensão dos processos locais e regionais de amplo espectro. No entanto, conforme afirmam alguns dos próprios pesquisadores que tomamos como referência,

[...] esses processos de transformação [causados pelos assentamentos rurais], para os quais muitas vezes o termo ‘impacto’ pode ser excessivo (uma vez que ele tende a chamar a atenção para o mais visível e espetacular), muitas vezes têm **caráter molecular** e só se potencializam ao longo do tempo [...] (LEITE et al., 2004, p.20-21, grifo nosso).

Propõe-se, neste trabalho, um aprofundamento da análise, em direção justamente dessas relações sociais moleculares, que constroem a dinâmica dos contextos sócio-políticos nos quais os assentados estão inseridos. Neste sentido, discutir a tessitura de uma trama de tensões sociais, a partir da prática desses agentes, cuja racionalidade social transita numa relação complexa entre resistência e acomodação, parece ser mais adequado para a compreensão desses processos. Mesmo que condicionadas por dinâmicas que lhes são impostas de fora, tais práticas constituem a história viva de trabalhadores que, estando numa posição estrutural de subalternidade social, organizam estratégias – individuais ou coletivas – cuja consecução,

⁷ As reflexões sobre essa temática estão propostas no Projeto de Pesquisa (Bolsa Produtividade CNPq): **Assentamentos Rurais e Desenvolvimento**: integração, diversificação, contrapontos e complementariedades, início em 2010.

⁸ Cf. Leite et al. (2004); Medeiros e Leite (2004).

senão amplamente transformadoras das relações sociais, revelam aspectos inovadores e singularmente determinantes da realidade da qual participam como sujeitos e enfrentam impasses de natureza diferenciada.

Passemos em revista os impasses, entendidos, portanto, enquanto expressões de tensões. O principal deles, conforme vem sendo observado nas duas regiões em análise, são as formas de integração dos assentados aos complexos agroindustriais regionais. Na região de Araraquara destaca-se um ciclo de mais ou menos vinte anos de assentados em situações de parceira com usinas de açúcar e álcool, para plantio de cana-de-açúcar, na condição de fornecedores. No presente, a trajetória dos assentamentos desta região tem mostrado complementaridades e contrapontos entre a mal resolvida – política e juridicamente – integração ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro e expressivas manifestações de diversificação agrícola, impulsionadas principalmente pelo PAA.

No Pontal do Paranapanema, região com forte presença do capital pecuário de corte, constata-se igualmente a construção problemática de uma inserção econômica a partir da exploração da pecuária leiteira. De forma mais abrangente, só recentemente, os assentamentos do Pontal passam a contar com a instalação de inúmeros tanques resfriadores de leite⁹, o que tem proporcionado maior autonomia aos produtores. Entretanto, o arrendamento continua sendo um problema. As perspectivas abertas pelos Programas Territórios da Cidadania acenam com perspectivas, mas igualmente enfrentam problemas. Segundo dados levantados, em 2011, foram apenas R\$ 200.000,00 em investimentos no Território do Pontal do Paranapanema, o equivalente ao investimento de instalação de três ou quatro resfriadores de leite em um universo de mais de 100 assentamentos.

Em ambos os casos mencionados, a integração agroindustrial sempre gera expectativas frustradas de maior renda por parte da maioria dos assentados (as exceções são os recordistas de produção). Mas além dos impasses puramente de ordem econômica, desdobramos a análise sobre a integração dos assentados aos complexos agroindustriais a partir da assimetria das

⁹ A instalação desse tipo de equipamento nos assentamentos do Pontal não é recente, mas sim sua maior intensidade. Desde há muito os laticínios instalam tanques resfriadores nos P.A.s, atendendo à normatização do Ministério da Agricultura. No entanto, esses tanques obrigavam a que o produtor assentado fosse fornecedor daquela empresa, favorecendo a política de preço baixo do laticínio. Embora tenha havido implantação de tanques resfriadores pelo ITESP, apenas com os investimentos do Proinf, via Território da Cidadania, é que esse equipamento se disseminou de forma a atender um número bem maior de assentados produtores de leite. (SILVA; BARONE; IZIDORO, 2011).

relações sociais geradas, ou seja, como um sistema de controles e poderes que acabam por subordinar os assentados (submissão ao modo de produção e de comercialização imposto, seja pelas usinas ou por outros complexos agroindustriais).

A legalização das parcerias através das portarias 075/2002 e 077/2004 da Fundação Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), permitiu que os assentados passassem a ser consumidores de serviços, a usina sub-parceira e o Itesp se apresenta e age como proprietário das terras, pois há várias ações do órgão no intuito de aumentar o número de assentados integrados, inclusive o agenciamento dos próprios contratos, segundo dados de campo. Tal imbróglia administrativo busca respaldar a situação de assimetria, na qual os assentados ficam a mercê das exigências de produção das usinas em contratos de cinco anos. Desde as mudas usadas para formar o canavial, os assentados são alheios às decisões sobre qual e quanto insumo externo usar na cana agroindustrial, como serão os serviços de contratação de mão-de-obra para plantio e colheita, horas máquinas, transporte e pesagem da cana. Um grande número de assentados fica endividado com a própria usina, pois eles mesmos não conseguem dimensionar o que deve ser descontado em tonelada de cana no final da safra, em troca de todos os serviços feitos pela usina (FERRANTE; BARONE; BERGAMASCO, 2008). A renda ficou muito aquém do esperado para a maioria dos assentados e, para a continuidade do contrato, eles recorrem a financiamentos do Pronaf para investir na cana agroindustrial.

A parceria é caracterizada como arrendamento na maioria dos lotes, já que não há trabalho familiar nos canaviais. O ciclo produtivo ficou a cargo da usina que desconta seus custos no pagamento da renda dos assentados. Há várias denúncias de assentados acerca de roubo na pesagem da cana e na medida de sacarose. Em alguns lotes, ocorre a cessão total da terra, ou seja, existem muitos lotes que são totalmente arrendados, seja por conta da composição familiar, com pouca força de trabalho, seja em função da dinâmica econômica da região que possibilita o assalariamento fora do assentamento. Além disso, há sérios riscos ambientais associados à aplicação dos pacotes agrícolas das usinas e às queimadas em locais próximos de moradias, escolas e postos de saúde.

Os direitos que deveriam estar garantidos nos contratos frustram-se. Diferentemente do que diz o 5º artigo da portaria 077/2004, a seguir, nunca encontramos um assentado que tenha em seu lote um projeto técnico que incentivou, além da formação do canavial, outros cultivos alimentícios:

O projeto técnico deverá incluir, ainda, o plantio de gêneros alimentícios, ocupando, no mínimo, a terça parte da área remanescente, considerando a vocação do solo e ouvido o beneficiário sobre a espécie agrícola a ser cultivada. (FUNDAÇÃO ITESP, 2004).

A pesquisa identificou, igualmente, ações tímidas por parte dos Sindicatos, os quais ficaram por um tempo sem emitir declaração de produtor para o INSS dos assentados que plantassem cana. O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), contrário às parcerias, chegou a mover ações de reintegração de posse de onze lotes no assentamento Bela Vista do Chibarro, em Araraquara, em dezembro de 2007. Dentre outros problemas – como desrespeito às áreas de preservação e às normas internas do assentamento – os processos judiciais tinham em vista lotes completamente cobertos pela cana, assentados que eram agenciadores da usina dentro do assentamento, lotes vendidos ilegalmente para cultivo de cana. Cabe ainda destacar que há um crescente interesse dos movimentos sociais, os quais passaram a priorizar projetos agroecológicos para os assentamentos.

A situação atual das parcerias: final de um ciclo, novas roupagens?

As usinas continuam a ter interesse em controlar o território dos assentamentos, independentemente dos rumos da produção. A porcentagem significativa de desistências ou expressões da vontade de desistir, por parte dos assentados tem efetivamente mudado a correlação de forças? As “novas” parcerias com o leite, com o frango trazem igualmente a marca da assimetria das relações? Os assentados ficam, em um e outro caso, na condição de aplicadores de pacotes agrícolas e fornecedores de matéria-prima, relegando a segundo plano, a prática da agricultura familiar nos lotes. Com os resultados financeiros negativos, em geral, o cenário das parcerias sofre mudanças, mas ainda se faz presente fortemente nos assentamentos, dada à falta de opções.

Armadilhas dos impasses econômicos se fazem presentes no cenário dos assentamentos. A ênfase no produtivismo, desqualificação da diversificação e da produção de autoconsumo, privilegiamento da produção pelos métodos convencionais e agroindustriais, falta de atenção ao saber, aos conhecimentos dos assentados, o perfil da assistência técnica, a extensão rural posta em prática, o não investimento na educação, profissionalização dos assentados e de seus

filhos reforçam um modelo de desenvolvimento voltado à agricultura convencional com todas suas consequências.

Entretanto, felizmente, este não é o único modelo que tem se apresentado no caminho dos assentamentos. As perspectivas de diversificação agrícola, ainda que fragmentadas, podem sinalizar para uma difícil, ainda que possível, transição para outro modelo de desenvolvimento rural. A implantação pelo INCRA de um modelo de desenvolvimento para os assentamentos na forma de um PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), tentativa de conciliar a “questão agrária” e a “questão ambiental” pode ser considerada uma alternativa viável? Há sérias controvérsias a respeito deste modelo. Em Ramos Filho et al. (2010) há uma avaliação bastante positiva do PDS, considerado um grande avanço por parte do governo, por contemplar aspectos da sustentabilidade social, econômica e ecológica. Segundo tal abordagem, os agricultores deram importantes passos no sentido da transição agroecológica, ainda que esta ocorra de forma heterogênea entre as famílias. Pesquisa realizada pelo IPEA (FERREIRA, 2011) relativiza este “sucesso”, questionando o resgate e a valorização da biodiversidade.

Em outro estudo de caso realizado na região de Ribeirão Preto, Gonçalves e Scopinho (2010) discutem consequências da implantação de projetos agropecuários baseados na sustentabilidade ambiental, pondo em questão o acirramento do conflito entre os diferentes agentes envolvidos, expressão da desarticulação das políticas públicas voltadas para os assentamentos rurais. Referem-se especificamente, às audiências de discussão e elaboração do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) definitivo do PDS Mário Lago e ao risco do mesmo tornar-se letra morta.

Como vemos, controvérsias é que não faltam nas interpretações das relações entre produção agrícola e conservação ambiental e na discussão de novos modelos para os assentamentos rurais.

Na região de Araraquara: o que as alternativas têm revelado

No caso de Araraquara, grupos de hortas (assentamento Bela Vista do Chibarro) vêm vendendo produtos para as prefeituras da região. Os três grupos de hortas existentes comercializam produtos nos PAAs de Araraquara e de São Carlos, mas na merenda escolar, apenas em São Carlos.

Segundo os agricultores, em Araraquara, reina uma ação retrógrada no presente, pois a prefeitura está exigindo dos produtores a formalização em associações para entregar produtos na merenda, o que não é uma exigência da lei, mas do próprio município. Por outro lado, piorou o preço que ambos os programas pagam aos produtores: antes, pagava-se o preço baseado nos valores estipulados no dia, mas agora o preço é fixo, o que reduziu para cerca de 1/3 o valor pago aos produtores. O PAA, por exemplo, paga agora R\$0,40 o quilo do milho contra R\$1,50 antes. O preço do quilo do maracujá passou de R\$4,00 para R\$1,50, do repolho, de R\$1,80 para R\$0,50 e o tomate, de R\$4,00 para R\$1,50. Na merenda de São Carlos, os valores são um pouco melhores.

No assentamento Monte Alegre, experiências de grupos produtivos organizados informalmente ou formalmente (em associações) apostam na agroindustrialização da produção. Destacam-se grupos de mulheres, que juntas reivindicaram e conquistaram nos fóruns do OP (Orçamento Participativo) e junto a outros agentes regionais, locais onde estão produzindo pães, bolos, doces e outros produtos. Trata-se de uma proposta capaz de integrar a produção agropecuária, a agroindustrialização e a comercialização por parte das assentadas, e que tem alterado, em certa medida, o papel que elas exercem na geração e complementação da renda familiar e reafirmam a presença e a irradiação das atividades de diversificação agrícola. Poderiam ser perspectivas de uma resposta aos impasses econômicos?

Nesta região, duas agroindústrias foram investigadas: uma voltada à transformação de cana-de-açúcar em cachaça e, outra, voltada à panificação. Enquanto a padaria é fruto de luta organizada de um grupo de mulheres junto à prefeitura de Araraquara e é constituída enquanto associação de mulheres assentadas, a cachaçaria foi construída com os recursos próprios de apenas uma família, que veio recentemente para o assentamento por meio da compra das benfeitorias do lote e com grau de capitalização suficiente para fazer o investimento na agroindústria. No entanto, os dois casos indicam que a estratégia da agroindustrialização dos produtos dentro do assentamento aumenta a renda das famílias e a convivência familiar/comunitária, além de possibilitar uma inovação na forma de gerir o território, de forma que os (as) assentados (as) produzem no lote agrícola as matérias-primas para sua própria agroindustrialização ou compram de vizinhos (as), num trabalho capaz de integrar a produção agrícola, o processamento e a comercialização.

As dificuldades são grandes para a maioria das experiências de agroindustrialização familiar superar a esfera do autoconsumo e adentrar o mercado urbano, se concretizar e ter

continuidade. Primeiro, por causa das dificuldades de organização de grupos ou pela dependência em relação a outros agentes para a instalação das agroindústrias. Depois, vem a dificuldade para a obtenção de um selo da vigilância sanitária e, conseqüentemente, para a comercialização, além da dificuldade em abastecer o mercado em grande escala (pelas próprias características da produção artesanal).

As experiências de agroindustrialização nos assentamentos se dão muitas vezes a partir de um tipo de associativismo informal – formação de grupos nos quais cada um coopera com outro (e não o cooperativismo), como uma estratégia camponesa de reprodução social, cultural e econômica. Um trabalho de forma cooperativa em grupos informais, por produto e nos grupos de vizinhança, religiosos etc., comum em vários estudos de caso sobre assentamentos rurais e que merece uma atenção maior como potencial ao desenvolvimento. A descrição das experiências fornece elementos para a reflexão sobre suas lógicas de formação, dificuldades enfrentadas, recuos e avanços na cooperação e na sociabilidade.

As agroindústrias revelam o importante papel de grupos de mulheres no comando de agroindústrias: elas são demandantes e interlocutoras, junto aos poderes locais, de suas prioridades para geração de trabalho e renda. Muitas vezes, elas se constituem enquanto associação de mulheres e, geralmente, partem para estratégias de agroindustrialização daquilo que é tradicionalmente feito em casa e para consumo familiar.

Procuramos demonstrar que pode haver vários perfis de agroindústrias nos assentamentos e que suas distinções passam pelas trajetórias familiar e comunitária, pela origem do capital que torna possível suas instalações, pelo tipo de apoio técnico que lhes é oferecido, formas de escoamento, dentre outros fatores. Com a estratégia da agroindustrialização, o valor agregado da produção dos assentamentos aumenta e, por outro lado, chega ao consumidor um produto com características artesanais, ocorrendo, a partir daí, uma valorização da produção local e da reforma agrária.

No Pontal, o convívio nem sempre harmonioso entre integração e diversificação

O carro-chefe da produção agropecuária no Pontal é o leite. Sempre houve financiamento para a aquisição de plantel e cercas (Pronaf). Mais recentemente (governo Lula), disseminou-se a instalação de tanques resfriadores comunitários (geridos por associações), o que garantiu maior poder de barganha dos assentados frente aos laticínios.

Uma pequena parcela dos produtores diversifica a produção, através do beneficiamento e produção de leite. Registram-se casos de sucesso nesse ramo (um assentado de Presidente Venceslau, por exemplo, é o maior produtor de leite do município), mas a regra é uma pequena renda mensal – considerada segura – advinda do fornecimento de leite *in natura* aos laticínios. A venda de bezerros complementa essa atividade, gerando uma renda extra de forma irregular. Essa atividade pecuária também propicia o arrendamento de pasto, que gera pequena renda aos assentados que não têm condições de produzir.

Um elemento novo, visível na paisagem atual dos assentamentos, é o eucalipto. A partir do estímulo do ITESP, disseminou-se o plantio de eucalipto, que pode ser visto em pequenos “bosques” em muitos lotes. Embora seja preciso de algumas autorizações para comercializar a madeira, poucos assentados buscaram essa regularização, cortando e vendendo a madeira de maneira informal e sempre em pequena monta. Diferentes imensos talhões de eucaliptos, o que se observa é uma “reserva” em cada lote.

A mandioca é outra cultura bastante disseminada. Não temos dados sobre venda em escala para indústrias – algo que sempre acontece aqui e ali. O que é mais comum, no entanto, é o beneficiamento em pequenas farinheiras artesanais, que comercializam a farinha e o polvilho na própria comunidade e em pontos de varejo nas cidades. A mandioca de mesa (macaxeira) está presente também.

Até alguns anos atrás, estava em implantação uma experiência piloto de oleaginosas para biodiesel (mamona e pinhão manso). Fruto de um projeto financiado pelo governo federal e intermediado pelo “MST de base” (Zé Rainha), essa experiência não deu certo, mas envolveu uma quantidade razoável de assentados, espalhados pelo Pontal. Sabe-se que houve comercialização de mamona para uma usina no Mato Grosso do Sul, mas nem todos os que plantaram venderam a produção. A avaliação ventilada pelos promotores do projeto é que não houve “pernas” para retirar a mamona de todas as áreas plantadas (concentração maior em Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema e Euclides da Cunha). Quem plantou não teria perdido porque o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) subsidiou 100% da plantação¹⁰. Existem alguns plantios experimentais de pinhão manso, mas a coisa parece que esfriou de vez.

¹⁰ Essa informação foi colhida nos assentamentos. Com relação aos resultados, houve aqueles que venderam sua produção, com renda extremamente variável. Há, também, quem reclame do projeto, alegando prejuízos.

Outra cultura que teve uma inflexão importante nos últimos dois anos foi a cana. Cresceu, até 2008, o número de talhões nos assentamentos, sempre amparados pela portaria do Itesp. No entanto, a fórmula adotada na região do Pontal, de financiar a implantação dos canaviais via Pronaf (FERREIRA JÚNIOR, 2007), foi alvo de denúncia no ministério público e fez com que fossem suspensos os contratos da cana nos assentamentos. Embora as lideranças geralmente falem de “fracasso financeiro”, dados revelam que quem plantou cana de 2003 a 2005 e efetivamente assumiu os tratos culturais pode ter ganho alguma renda (como no contexto de Araraquara). Depois de 2007, parece que os valores pagos foram muito baixos, levando ao abandono dessa cultura. No entanto, com a implantação de novas usinas e destilarias (e recapacitação de outras), o Pontal está caminhando para ser um novo “mar de cana”. Há cana no entorno dos assentamentos em Mirante e Teodoro. Além disso, o trabalho nas agroindústrias (planta industrial e no corte) emprega sazonalmente muitos assentados (no geral, filhos de assentados; mas há casos de que a família inteira se assalaria na cana).

Outra importante atividade passou a ser, em anos recentes, a horticultura, voltada basicamente para abastecimento dos programas oficiais (PAA e PNAE). Embora não tenha a abrangência necessária, envolveu produtores assentados de quase todos os municípios. Mais especificamente o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), ainda está em implantação. Desconhecemos (o que não significa que inexista) grupos que estão fornecendo frutas e verduras para a merenda escolar na região. O que se vê é a ampliação de hortas/viveiros, com objetivo de atender o PNAE. Essa produção hortifrutí também está presente nas feiras livres das pequenas cidades, geralmente centralizada por poucos assentados que se especializaram em horta, compraram veículos e atuam como atravessadores da produção intermitente de outros assentados.

Mais especificamente sobre diversificação, temos um grande número de pequenas experiências (que envolvem sempre um número reduzido de produtores). Vale citar os casos do assentado que, com poucos ajudantes, produz, beneficia e exporta buchas vegetais e do grupo que cria capivara, com autorização do IBAMA. Além disso, planta-se milho, arroz, feijão e algodão nos assentamentos.

Por último, temos várias experiências de Sistemas Agro-Florestais no Pontal. Geralmente ligados à militância do MST, essas experiências ainda são incipientes, mas diversificam o cardápio de opções. Há consórcios entre café e floresta e criação de gado leiteiro e floresta, que podem funcionar como divulgadores da agroecologia. Mais do que

produção agroecológica, no entanto, há um forte movimento (defendido pelo MST e amparado pela universidade, ITESP e Fundação Paula Souza) de formação de quadros técnicos em agroecologia. Assim, parece, produz-se mais conhecimento e quadros técnicos que itens agroecológicos hoje no Pontal. Como bloqueios, as limitações em termos de área produtiva (1,5 ha) e a inexistência de recursos da biodiversidade acenam para a difícil realidade dos PDS's.

Impasses Políticos: Como estão os assentamentos na agenda de políticas públicas?

Um histórico de conflitos imersos geralmente avaliados como indicador de incompatibilidade com as exigências da gestão autônoma desses territórios – revela, numa observação mais acurada, justamente o contrário: os passos decisivos dessa população no sentido de conquistar sua emancipação política, através de um jogo específico no campo do poder (BOURDIEU, 1992), mesmo que no território restrito de um projeto de assentamento. Se existem tensões e conflitos entre as lideranças assentadas e o campo político mais abrangente – no processo de sua integração ao contexto regional – os mesmos se apresentaram, desde o início, mediados pela concorrência entre os agentes dos próprios assentamentos – o que tem resultado numa dinâmica política singularíssima, complementar ao complexo jogo de relações sociais constituintes do mesmo (BARONE, 2002).

Sem entrar no campo extremamente rico de dilemas internos de organização e participação – no qual tem lugar expressões de diferentes racionalidades – vamos priorizar nessa discussão o exame dos programas municipais dirigidos a assentamentos, algumas perspectivas e bloqueios constatados na agenda federal.

Na região de Araraquara, o alerta a algumas contrapartidas

Após seguidas administrações que pouco ou nada intervieram no debate acerca dos rumos da reforma agrária regional, a posição política do município de Araraquara acenou para mudanças no período 2001/2008. De uma política de clientela bastante ineficaz desenvolvida ao longo de anos – exclusivamente voltada para o projeto Bela Vista do Chibarro – e tendo como promotores, no mais das vezes, lideranças de pouca expressão, como secretários municipais e vereadores (FERRANTE; BARONE, 1997-1998) – o poder público municipal

de Araraquara encontrou-se diante do desafio de interferir nos assentamentos para além das obrigações legais já consagradas.

A referência enfática à maior participação – presente nas metas fixadas pela Prefeitura de Araraquara a partir de 2001 – modifica a concepção do assentado como um desenraizado (NEVES, 1997) que deveria ser modelado segundo uma determinada lógica da burocracia estatal? Questões que nos remetem ao exame de como os assentados se movimentam diante das novas metas do poder local para os assentamentos. Impasses, divergências, retórica vazia, alguns avanços nos programas municipais, estes são os atributos de um balanço possível da ação pública municipal frente aos assentamentos. Da parte da população assentada, a recorrência de práticas clientelistas ainda é marcante na cultura política. A isso, no entanto soma-se um boom participativo desses trabalhadores – até com maior consistência que outros segmentos populares do município de Araraquara, pelos mecanismos do orçamento participativo, principalmente. Os destinos dos assentamentos ainda oscilam entre a fórmula da dádiva e a emancipação política dos atores que dinamizam esse espaço social.

O caso dos programas municipais de segurança alimentar de Araraquara se mostra particularmente interessante, porque apresenta um conjunto de iniciativas que, ao mesmo tempo em que estão sendo defendidas nacionalmente como alternativas para o avanço da segurança alimentar, ainda podem significar o embrião de um projeto de desenvolvimento dos assentamentos para além das parcerias. Nesse município, como uma forma de contemplar a produção dos assentados na agenda de governo local, foram desenvolvidas parcerias institucionais com o Governo Federal com dois objetivos: 1) venda direta dos produtos aos consumidores locais (Programa de Feira do Produtor, Direto do Campo, Programa de Aquisição de Alimentos Locais do Governo Federal); 2) integração da produção de alimentos da agricultura familiar a projetos de âmbito local (como a alimentação escolar, o restaurante popular e o banco de alimentos). Tais ações podem levar os agricultores familiares à integração econômica por meio de uma agenda pública local (KURANAGA et al., 2007) – ganhando o caráter de perspectiva no contexto destas reflexões.

O PAA (iniciativa proposta pelo governo federal) surge atrelado a outros programas, que são de iniciativa do governo local. Como exemplo desse ajuste, observamos que o convênio do PAA tem seu primeiro repasse de verbas apenas em 2004. Anteriormente a esta data, no entanto, já existiam, em Araraquara, iniciativas de escoamento dos produtos de

agricultores familiares e assentados, como a Feira no espaço da Cooperativa Mista Agropecuária de Araraquara.

A articulação do PAA com a merenda escolar, especialmente para a exigência de 30% da merenda serem oriundos da produção familiar regional – ainda não se viabilizou em Araraquara, embora apresente significativos avanços em São Carlos.

Em Araraquara, atual gestão municipal iniciada em 2009 vem tendo posições que podem ameaçar a continuidade dos avanços contidos nos programas acima elencados. Constata-se um certo distanciamento das agendas municipais dos problemas e perspectivas dos assentamentos quando muda a orientação político/partidária dos governos (isso aconteceu em Araraquara, mas podemos dizer que São Carlos avançou. Em menor escala, pois a Prefeitura é mais pobre, pode-se dizer que aconteceu também em Presidente Venceslau).

Em Araraquara retrocessos no caso da merenda – que vem sendo fornecida enlatada nos próprios assentamentos mesclam-se a uma abrupta substituição do projeto político pedagógico das escolas afinadas à Educação do Campo a um programa SESI, cujo eixo exclusivamente urbanocêntrico tem mostrado bloqueios, expressos principalmente na desqualificação e descaracterização da realidade dos assentamentos rurais.

Uma agenda acanhada é constatada no Pontal do Paranapanema

No Pontal do Paranapanema, a relação entre a administração municipal de Teodoro Sampaio (município onde primeiro se implantou a cana nos assentamentos) e os assentados moradores em sua jurisdição é marcada por aproximações episódicas entre os políticos locais (candidatos e detentores de mandatos) e os sem-terra. Houve um período de expectativa com relação a um possível forte incremento na economia local, provocado, em finais da década de 1990, pelo início de operações da Cocamp, uma cooperativa dos assentados ali sediada. As instalações da Cocamp, no entanto, não foram concluídas, como referido anteriormente, frustrando em muito as expectativas positivas da cidade.

Atualmente, estão em funcionamento apenas os silos da cooperativa, alugados para uma empresa pública federal. O imbróglia jurídico e administrativo no qual está envolvida a Cocamp – cuja primeira diretora foi acusada de desvio de recursos públicos – inviabilizou não apenas o aumento nos empregos e da movimentação fiscal no município, mas também todo um projeto de geração de renda que o MST tinha para os assentados. As instalações sub-

utilizadas de cooperativa são a principal marca da dificuldade da organização dos sem-terra no campo de disputas pelos caminhos do desenvolvimento regional (BARONE; FERRANTE; KURANAGA, 2005).

Ainda em termos de políticas públicas municipais para os assentamentos, a Prefeitura local fornece o atendimento básico para os assentados – como transporte escolar e atendimento primário em saúde. Apesar de contar com muitos assentamentos em seu território, só recentemente (a partir de 2005) é que a Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio tem se voltado mais para a situação dos assentamentos ali instalados. Foi importante, nesta “conversão” aos assentamentos, a atuação do governo federal que, a partir dos primeiros anos da gestão Lula (2003-2010), instalou um escritório do INCRA na cidade. Os técnicos do órgão federal passaram a ser importantes mediadores na relação entre Prefeitura e assentados, facilitando a articulação entre estes e os programas federais patrocinados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Por uma conclusão: qual a tendência desses novos processos?

A questão proposta no título está longe de ter uma resposta definitiva. Buscamos sintetizar um balanço de questões que demonstram a complexidade dessas experiências. Conforme discutido, conjunturas políticas e econômicas influem de maneira mais ou menos decisiva na condução da política de assentamentos. Possíveis mudanças no governo federal incidirão certamente no futuro dos assentamentos. A manutenção de um ritmo de crescimento da economia nos próximos anos também será decisiva. Mas quais tendências podem ser apontadas a partir do que temos estudado?

A privação de recursos básicos, associada à pobreza econômica, tenderá a ser superada. A construção de um polo indutor de demanda através de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)¹¹, certamente favorecerá o incremento da produção holerícola nos assentamentos. A inclusão do leite *in natura* (pasteurizado) nesses programas é promissora, mas depende de uma maior capacidade organizativa dos assentados, além de sofrer concorrência dos laticínios (sobretudo no Pontal do Paranapanema).

¹¹ Mais recentemente (governo Alckmin, 2011-2014), implanta-se o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), assemelhado ao PAA e em início de operação (2012) no Pontal do Paranapanema.

Impasses econômicos e políticos além de outros – como ambientais – estão longe de deixar o cenário dos assentamentos. Contrapontos entre tentativas de integração e alternativas de diversificação agrícola, mal incorporadas pelos órgãos gestores e de forma equívoca tratada pela assistência técnica continuam a se fazer bem presentes na agenda de desafios e perspectivas dos assentamentos.

Da mesma forma, impasses políticos internos, expressão da descontinuidade das organizações/associações dos assentados imbricam-se a descompassos das políticas públicas. Neste último aspecto, o tempo de execução das políticas, a falta de foco, a inadequação no caso das mulheres assentadas – expressas, por exemplo, no insignificante acesso ao Pronaf mulher são fatores relevantes. Há necessidade premente das políticas públicas se abrirem efetivamente a modelos alternativos de desenvolvimento rural, prioridade para se falar em perspectivas face aos impasses econômicos, políticos e ambientais.

O PAA tem contribuído para a agricultura familiar sem dúvidas, afetando a aquisição de alimentos por parte dos municípios, a renda dos agricultores, favorecendo a emergência de novos mercados, fatores significativos que merecem ser ressaltados. Segundo pesquisas desenvolvidas do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura, ligado ao CPDA/UFRRJ (GRISA et al., 2010), tem se constatado movimento de ascensão em relação ao número de agricultores familiares beneficiados, a quantidade de alimentos adquiridos e o montante disponibilizado por parte do MDS e do MDA, calculado em cerca de 3,5 bilhões no período 2003 até 2010. Por outro lado, enfrenta limitações e dificuldades, pela pequena divulgação, pelo desconhecimento dos objetivos e da institucionalidade do programa pelos beneficiários, pelos problemas de chegar às famílias em maior vulnerabilidade social, por problemas operacionais e logísticos (atrasos na liberação dos recursos, dificuldades com o transporte dos produtos, falta de assistência técnica, dentre outros apontados pelos assentados entrevistados). Como resultado, é importante ressaltar que o PAA tem atingido um número significativo de pessoas em insegurança alimentar nos municípios.

O PNAE tem muito a caminhar para ser efetivamente realidade. Há problemas de integração entre o plano municipal e o federal, há atrasos com sérias conseqüências no tempo de execução das políticas públicas, há ausências que precisam ser, com urgência, solucionadas, das quais, tomamos, como exemplo, o caso da juventude.

Os jovens do assentamento estão buscando alternativas de permanência. No entanto, suas atividades não têm sido contempladas com a atenção necessária, pois os projetos

apresentados pelos jovens principalmente nas questões de cultura e lazer são solucionados via clientelismo, sem uma agenda propositiva do ângulo das políticas públicas.

No campo da Educação, a tentativa de impor aos programas de Educação do Campo o projeto SESI provoca reações adversas e suscita muitas questões. Existe um esgotamento “natural” do Escola do Campo por falta de aprofundamento teórico/pedagógico e qualificação dos docentes? A perspectiva de uma educação contextualizada na Reforma Agrária se torna irreal diante das “limitações” do contexto geral da educação do Brasil?

Dilemas se agravam no exame de qual assistência técnica se faz necessária e quais são, efetivamente os novos rumos da Pnater, extensão rural recentemente proposta. Há, de fato, investimento na educação dos jovens, no entendimento da capacitação como passagem para profissionalização? Por que a capacitação oscila entre equívocos e descontinuidades? Como repensar, efetivamente, os eixos da política pública, cuja avaliação não pode se pautar por uma eficiência descolada da realidade multidimensional dos assentamentos, mas exige, de fato, ter como prioridade, a satisfação das suas necessidades, a (re) educação, o investimento em uma capacitação adequada e contínua.

No caso das mulheres assentadas, há que se inverter um certo viés ainda presente, decorrente da masculinização do mundo rural.

A juventude nos assentamentos encontra-se encurralada entre a falta de perspectivas em relação à geração de renda, à ausência de qualificação, tanto para o trabalho agrícola quanto para a migração na vida urbana. Os pretextos que levam ao deslocamento dos jovens para a cidade são dificuldades da vida no meio rural, como a falta de autonomia, financiamentos, assistência técnica para projetos em que os interesses dos jovens sejam levados em conta. Com a falta de recursos, os jovens migram para a cidade, pois a mesma passa a ser um atrativo tanto financeiro como para o acesso ao lazer e cultura.

Esta situação não pode gerar generalizações equivocadas, como as afirmativas de que, para os jovens, o ciclo dos assentamentos estaria encerrado. Há significativas experiências de resistência da juventude que merecem ser salientadas.

Podemos destacar, no assentamento Bela Vista, na região de Araraquara, duas experiências nas quais os protagonistas são os jovens. A primeira trata da atuação dos jovens na produção de hortaliças, que têm sido obtidos resultados financeiros positivos. Embora esses jovens não tenham financiamentos e formação para desenvolver esta atividade, nota-se que há o empenho tanto por parte deles, quanto um incentivo dos pais para garantir o êxito da

atividade. O recurso para iniciar a produção advém da família, pois apesar de existir, dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, uma linha direcionada para os jovens denominada de PRONAF- JOVEM (com limite de crédito por beneficiário de R\$10.000,00), este investimento não tem atendido à juventude rural por conta da burocratização do programa. Esta linha de crédito exige a escolarização dos jovens em cursos de escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado do curso ou estágio de formação profissional que preenche os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A segunda experiência de jovens é um grupo do assentamento, chamado Grupo Pé Vermelho, composto por estudantes do curso de Pedagogia da Terra (UFSCar) e filhos de assentados, que têm desenvolvido parcerias para atuar na comunidade. O grupo nasceu a partir da pesquisa destes estudantes sobre a história do assentamento e os vários processos de lutas desencadeados na região pela reforma agrária, pois perceberam a importância dos fatos históricos que formaram sua comunidade.

Algumas ações realizadas por esses jovens foram no sentido de organizar o Dia das Crianças e a Festa junina no assentamento. Outro projeto em andamento é o Paiol de Arte e Cultura, em parceria com diferentes atores sociais que pretende, através da cultura, fomentar a arte como pensamento, visando a liberdade de criar idéias e reflexões, estimulando processos autênticos de expressão cultural.

Estas ações são marcadas pela participação coletiva de jovens e mulheres assentadas que contribuíram para a retomada e valorização dos espaços de sociabilidade para jovens e moradores do assentamento.

Avanços, recuos, bloqueios, perspectivas têm que ser avaliados na discussão dos rumos dos assentamentos rurais. Sem diagnósticos fatalistas, o que parece certo, no entanto, é que essa população assentada rural não pode mais ser contada como uma minoria silenciada pelas estruturas econômico-políticas, mesmo num estado tão rico como São Paulo. Seu papel nos destinos do desenvolvimento rural é interpretado de forma controversa, sendo, muitas vezes diminuída a importância dos assentamentos para o desenvolvimento regional. Por outro lado, não se pode subestimar suas potencialidades na construção de uma agenda de segurança alimentar nos municípios onde estão inseridos, interferindo, dessa forma, no desenvolvimento local e regional. Ainda mais, arriscamos apostar na hipótese de que as perspectivas dos

assentamentos rurais são fundamentais para se definir os rumos da democratização social e política em nosso país.

THE END OF A CICLE? REFLECTIONS ABOUT RURAL SETTLEMENTS IN SÃO PAULO STATE

ABSTRACT: *This work is the result of a survey into the relationship between rural settlements infrastructure and economic development in São Paulo (Brazil) and it makes comparisons between Araraquara and Pontal do Paranapanema areas. This paper proposes a study of group dynamics with the social relations model seeking to understand the socio-political contexts in which the settlements are integrated. We discussed the particular circumstances that have caused social tensions, emphasizing the settled families, social movements, technicians and public managers, the presence of agro-industrial complexes, and other regional economic agents. An examination of different types of partnerships with the agro-industrial complexes – for production of commodities – was performed and, as indicative of new perspectives, other forms of improvement and the integration of settlements in urban areas through public policies for food security. Accordingly, we seek to give the study an interdisciplinary character, integrating dimensions of social, environmental and economic analysis on these processes.*

KEYWORDS: *Regional dynamics. Agro-industrial partnership. Public policy. Food safety.*

REFERÊNCIAS

ANTONIO, A. P. **O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado:** os exemplos da alta Sorocabana no período 1960-1990. 1990. 177f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

BARONE, L. A. **Conflito e cooperação:** o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária. 2002. 302f. Tese (Doutorado em Sociologia)- Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2002.

BARONE, L. A.; FERRANTE, V. L. S. B.; KURANAGA, A. A. O futuro dos assentamentos rurais em questão: o retrato dos dilemas em espaços regionais distintos. In: JORNADA DE ESTUDOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS, 2., 2005, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2005. p.289-310.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 1992.

COSTA, V. M. H. de M. et al. Trajetória de assentamentos: desempenho econômico e avaliação dos núcleos de Araraquara. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.1, p.9-72, 1994.

FERNANDES, B. M. **MST:** formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERRANTE, V. L. S. B. A proletarização não tem cartas marcadas: a terra no horizonte dos bóias-frias. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v.22, n.3, p.16-23, 1992.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. Homens e mulheres nos assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. **Perspectivas**: Revista de Ciências Sociais, São Paulo, v.20/21, 1997-1998.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Os "parceiros" da cana (dilemas do desenvolvimento dos assentamentos rurais em São Paulo). In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32., 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2008. p.355-389.

FERREIRA, B. **Avaliação da situação de assentamentos da reforma agrária**: fatores de sucesso ou insucesso. 2011. Relatório Parcial de Pesquisa apresentado a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 2011. (mimeo).

FERREIRA JÚNIOR, A. C. **Ações e políticas públicas para o desenvolvimento dos assentamentos Santa Terezinha da Alcídia e Alcídia da Gata em Teodoro Sampaio/SP**. 2007. 1 CD-ROM. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO [ITESP]. **Portaria Itesp – 077**, de 27-7-2004. Disponível em: <<http://www.itesp.sp.gov.br/br/legislacao.aspx>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GONÇALVES, J. C.; SCOPINHO, R. A. Reforma agrária e desenvolvimento sustentável: a difícil construção de um assentamento agroecológico em Ribeirão Preto – SP. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.13, p.239-262, 2010.

GRISA, C. et al. O programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.13, p.137-170, 2010.

KURANAGA, A. A. et al. Redes de segurança alimentar e agricultura familiar: o programa “direto no campo” do município de Araraquara-SP como instrumento de desenvolvimento local. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.37, p.1-14, 2007.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1999.

LEITE, S. P. **As condições de implantação e o processo de trabalho num projeto de assentamento de trabalhadores rurais**: o caso de Araraquara-SP. 1986. 287f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1986.

LEITE, S. P. et al. **Impactos dos assentamentos rurais**. Brasília: NEAD:UNESP, 2004.

LORENZO, H. C. et al. **Relatório final de pesquisa sobre diagnósticos regionais e setores econômicos**. Araraquara, 2012. Contrato/CRT/SP/N. 100000/2010 – INCRA/UNIARA.

MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. (Org.) **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

NEVES, D. P. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas**. Niterói: EdUFF, 1997.

RAMOS FILHO et al. Biodiversidade e reforma agrária: uma experiência agroecológica na região canavieira de Ribeirão Preto, Brasil. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.13, p.207-238, 2010.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SILVA, M. E. S.; BARONE, L. A.; IZIDORO, L. T. A produção leiteira em assentamentos de reforma agrária: renda, organização e resistência. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.14, p.265-282, 2011.